

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

AYA TAMASHIRO KITADAI

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA:
um olhar crítico sobre o reformatório krenak e seus atravessamentos sobre
um povo que luta**

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

AYA TAMASHIRO KITADAI

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA:
um olhar crítico sobre o reformatório krenak e seus atravessamentos sobre
um povo que luta**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mary Jane P. Spink.

São Paulo

2023

AGRADECIMENTOS

Agradecer aqui é relembrar. É recuperar em minha história e memórias as pessoas que contribuíram nessa jornada. Assim, agradeço e rememoro:

À minha família: mãe, pai, meus irmãos, ba, vó, dis, tias e tios, doguinha Ju. Cada um na sua singularidade, por ter acreditado em mim, por terem me possibilitado sonhar e ousar, por terem me ajudado a ser tão curiosa com a vida e com o mundo, de forma que eu quisesse fazer algo bonito com isso.

Aos que seguem comigo desde a escola: Mac, Be, Fo e Nego. Os anos passaram, os caminhos se cruzaram e descruzaram, e seguimos aqui. Agradeço por torcerem por mim independente do tempo e por estarem sempre comigo, independente do espaço.

À Flavinha, Chu, que fez a época do cursinho ser mais suportável. Com a sua sensibilidade trouxe muitos novos sentidos pra minha vida e agradeço pelas epifanias compartilhadas que fazem a vida valer mais a pena.

Às Memorianas: Li, Gabi, Gina, Bel e Marix. Obrigada por estarem comigo desde os almoços na PUC aos lanchinhos em todo momento que dá. Agradeço por terem me ensinado, da forma mais genuína, gentil e forte, o sentido de acolhimento e parceria. Desde o primeiro ano do curso eu penso sobre essa parte dos “agradecimentos” e eu já pensava que vocês estariam nela... Agradeço por realmente sempre aqui. Vocês são como um cafezinho a tarde.

Ao ASTRO, muito afetivamente chamado de ASTRINHO. Talvez eles não saibam que estão sendo citados aqui, mas eu os agradeço da forma mais honesta e profunda, por toda a força e esperança em formato de arte que eles trouxeram e trazem à minha existência.

À Bia Brambilla, por compartilhar comigo toda a sua potência, inteligência, rebeldia, coragem e honestidade. Obrigada por mostrar minhas potências até mesmo quando eu não as vejo. Eu também vejo as suas!

Ao grupo Vivências de Cuidado e LESSEX, pela afeto e cuidado no seu sentido mais revolucionário. Por terem me mostrado tantas perspectivas, acadêmicas e não, para construir um fazer psi mais desalienante.

À minha psicóloga Mari e ao meu psiquiatra Alexandre. Obrigada pelo acolhimento e por cuidarem da minha bateria, de forma que eu sigo aqui.

À Bi, Le e Li. Que chegaram na minha vida de uma forma sutil e espontânea, num momento da vida que eu estava tão sensível e machucada, e me mostraram que estava tudo bem, isso não me torna menos amável.

Ao Núcleo de Gênero do 5º ano do curso, por me ensinarem e por construírem comigo uma psicologia que eu acredito: a da confluência, presença e crítica.

Ao Léo e Mari Aymore. Obrigada pelas conversas e desabafos na Cruz. Obrigada por cada abraço forte e por fazermos sempre revoluções, sejam elas simples como um lookinho incrível novo, ou com as nossas formas de lutar contra a exaustão do capitalismo.

Às parcerias da CRS-Sul, companheiros do meu primeiro estágio remunerado. Obrigada por lutarem pelo SUS e por construírem uma saúde pública crítica, potente e para todos.

À professora Mary Jane, por compreender meus processos e dificuldades, por caminhar comigo até o fim, de forma que eu esteja aqui escrevendo esse trabalho e concluindo essa etapa da jornada, que foi desafiadora até o último segundo (literalmente).

Agradeço à arte, pela possibilidade de criar memórias, resistência e futuro.

In memoriam

Ao Moon Bin, que com seu brilho e suas artes, me deu
coragem, me faz seguir em frente e esperar.
À Olympia Onaga, que sempre contou histórias e acreditou nas
minhas potências.

Ao tio Osvaldo Takeshigue Tamashiro, que com sua
criatividade e gentileza construiu sorrisos.

À Maria Inês Borges, que infelizmente não tive o prazer de
conhecer em vida, mas que a conheci por histórias, e soube
que sempre foi força e revolução, e que assim sempre será.

À essas pessoas queridas que 2023 levou, mas que seguirão
vivas em mim e em tantas outras, pra além do tempo.

*“Não vou esquecer,
vou te celebrar”*

O Tempo é Sua Morada, de Francisco, el Hombre

“Por que que sou levada a escrever?”

*Porque a escrita me salva da complacência que me
amedronta.*

Porque não tenho escolha.

*Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim
mesma também.*

*Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo
real não me dá.*

*No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça
para poder segurá-lo.*

*Escrevo porque a vida não
aplaca meus apetites e minha fome.*

*Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo,
para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre
você.*

Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo.

*Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar
autonomia. ”*

(Gloria Anzaldúa, 1981)

RESUMO

7.07.00.00-1 - Psicologia

7.07.05.00-3 - Psicologia Social

Memória e resistência: um olhar crítico sobre o reformatório krenak e seus atravessamentos sobre um povo que luta (2023)

Aya Tamashiro Kitadai

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Jane P. Spink

O presente trabalho se propôs a olhar criticamente para um episódio da Ditadura Militar no Brasil, o qual pouco se fala: o Reformatório Krenak. Foi construído em 1969, funcionando até 1972, na terra Krenak em Minas Gerais, com o objetivo de prender os indígenas considerados "desajustados". Logo, esse estudo teve como objetivo abordar a memória social como forma de compreender a tensão entre disciplina e resistência a partir da análise do Reformatório Krenak. Para tanto, realizou-se uma análise documental, orientada pela Psicologia Sócio-Histórica, dos documentos: 1. O texto "Violações de direitos humanos dos povos indígenas" do Relatório Final da Comissão da Verdade (CNV); 2. A videorreportagem "Reformatório Krenak" e 3. O artigo "Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak". A análise propiciou uma recuperação da memória histórica, permitindo uma compreensão mais profunda sobre o Reformatório Krenak, o qual era embasado em uma lógica colonizadora e punitivista, que tentou alienar e apagar a memória do povo Krenak. Também percebeu-se o movimento de resistência dos Krenak, ao reivindicarem sua história, narrativas, cultura e memória. Assim, essa pesquisa visou apoiar o movimento de resistência do povo Krenak e fazer ecoar suas vozes, mostrando outros olhares de um episódio da história que os militares tentaram dominar. Notou-se a relevância de mais pesquisas na temática e a necessidade de uma Psicologia crítica que se proponha a contra-colonizar e confluir.

Palavras-chave: memória; resistência; reformatório krenak.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
1.1. POR QUE PESQUISAR SOBRE O REFORMATÓRIO KRENAK.....	10
2. INTRODUÇÃO.....	11
2.1. A MEMÓRIA SOCIAL.....	12
2.2. RESISTÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	14
3. OBJETIVOS.....	15
3.1. OBJETIVO GERAL.....	15
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
4. PROCEDIMENTOS.....	16
4.1. ANÁLISE DE DOCUMENTOS.....	16
4.2. FONTES.....	17
5. ANÁLISE.....	18
5.1. DISCIPLINA.....	19
5.2. RESISTÊNCIA.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1. APRESENTAÇÃO

Não lembro exatamente quando a minha relação tão afetiva com a memória começou. Talvez quando eu era criança e amava escrever cartas e recebê-las, por serem demonstrações de que lembramos de pessoas queridas que passam pelas nossas vidas? Ou quando eu tive um diário e registrei nele 4 anos da minha vida? Ou quando eu deixava recados para minha versão do futuro, pedindo que eu não esquecesse das pessoas e dos momentos que passaram? Diria que tudo isso e mais. Há algo quase mágico na memória, que mantém as histórias e as pessoas vivas. Vivas para serem lembradas e algumas não repetidas, e vivas para fortalecer como atos de resistência.

Um tempo depois, no início da faculdade, entrei em contato com uma abordagem mais acadêmica na aula de Psicologia Social I, quando estudamos a memória social. Lembro, com afeto, do seminário que apresentei com algumas das minhas amigas mais próximas e refletimos sobre como a memória social pode ser uma forma de reprodução do racismo, mas como também é preciso lutar pelo resgate da memória em uma perspectiva decolonial. Todo o processo para a elaboração desse seminário foi muito impactante: a temática, as discussões e reflexões, apresentar as mobilizações com colegas e perceber também quão mobilizadas estavam. Desde esse dia levo o impacto e a potência da memória histórica comigo.

Também faz parte dessa jornada passar pelo processo de me reconhecer como uma mulher amarela e refletir sobre as afetações disso. Refleti sobre o fato de boa parte de meus familiares serem descendentes de japoneses, sobre as comidas japonesas que fazem parte do meu dia a dia, sobre a arquitetura da minha casa, as músicas japonesas que me mobilizam e até reflexões mais complexas como o fato de ter um nome completo de origem japonesa ou seja, como não ter características brasileiras explícitas afeta minha identidade. Refletir também sobre como a rigidez da educação japonesa repercutiu sobre mim; o impacto dos homens me olharem de modo diferente (relação com o fetichismo das pessoas brancas, especialmente homens brancos, sobre corpos asiáticos) entre tantas outras questões. Falar desses processos é, igualmente, ponderar sobre ancestralidade e memória histórica.

Além da minha história e ancestralidade, penso muito sobre as histórias dos Brasis e suas populações; sobre as existências e ancestralidades que a colonização e os reprodutores dela tentaram (e tentam até hoje) mudar e apagar. Sobre os nomes

de pessoas escravizadas que os colonizadores cristãos mudaram, sobre as vidas que torturaram e assassinaram, sobre os territórios e objetos históricos que roubaram, as religiões e crenças que tentaram destruir. E penso também nos quilombos, no candomblé, na umbanda, no samba, na capoeira, em Dandara, Carolina Maria de Jesus, Marielle Franco, Maria da Penha, Erika Hilton, Sonia Guajajara, Ailton Krenak, Cacique Raoni e tantas outras vidas e formas de vida que resistem.

Nesse movimento, faz todo o sentido eu trazer minha proximidade com a temática da resistência, a qual entendo como constituída pelos processos de desalienação e descolonização.

Sempre achei a ideia de resistir muito forte e poética, mas nunca a romantizei já que a resistência tende a ser um movimento de luta contra relações de opressão-dominância-exploração. Apesar disso, acho interessante que as pessoas, seja de forma individual ou coletiva, conseguem perceber violências, se indignar e se movimentar contra elas (ou pelo menos tentar). Esse movimento de revolucionar.

E desde quando fiz minha iniciação científica de título “O processo de alienação-desalienação na clínica em psicologia Sócio-Histórica”, percebo que a psicologia e a psicoterapia, orientadas por uma psicologia Sócio-Histórica crítica, podem ter uma participação muito importante nesse processo junto com a pessoa atendida.

Recentemente participei do “Círculo de Cultura: memórias e afetos do tornar-se psi”, encontro mensal que temos no Núcleo de Relações Gênero e Psicologia: latinidades insurgentes, no 5º ano. Entre tantos compartilhamentos preciosos e potentes, construímos nós e laços com o que buscamos na atuação de uma Psicologia na qual acreditamos e defendemos. Duas palavras que compartilhei com o grupo e que são algumas das quais eu pretendo carregar durante essa pesquisa e por toda a minha existência psi: coletividade e presença.

Vou chegando então a outra parte da história e ao objetivo desta pesquisa. O que fazer com essas minhas inquietações e inspirações? Quais as relações da psicologia social, mais especificamente a psicologia em Sócio-Histórica, com essas mobilizações? É possível fazer uma pesquisa que contribua com esse movimento de denúncias e de recuperação da memória decolonial?

Espero que essa pesquisa seja um pequeno-grande passo nesse longo caminho.

1.1. POR QUE PESQUISAR SOBRE O REFORMATÓRIO KRENAK

Em maio de 2023 em um dos Ciclos de Estudos do LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade da PUC-SP), de título “Identidade racial branca e branquitude”, uma das convidadas compartilhou um trecho do documentário realizado pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo o qual tem por título “O Negro da Senzala ao Soul”. Nele, Beatriz Nascimento menciona uma frase impactante: “a história do Brasil foi escrita por mãos brancas” (1977). Tal frase me impactou por reforçar algo que reflito e estudo há um tempo, mas que não tinha ainda formulado com essas palavras: como a história do país, apesar de ter em suas raízes vidas não brancas, é contada e compartilhada por meio da perspectiva dos brancos europeus colonizadores.

Nesse sentido, a relação da Ditadura com o Reformatório Krenak é um exemplo desse viés quando consideramos que se fala pouco ou quase nada sobre tal episódio, o qual durou de 1969 a 1973, e foi de extrema violência contra povos indígenas. Eu, por exemplo, mesmo tendo muito interesse por discussões que envolvem povos indígenas e originários, só tive contato com esse infeliz contexto em 2023, durante meu processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Ao me aprofundar nessa questão percebi a importância de compartilhar com mais pessoas e de fazer uma reflexão crítica, como uma denúncia contra esse período e seus impactos que tem ressonâncias até hoje, como o ataque ao Rio Doce e as discussões sobre o Marco Temporal.

Retomando a frase de Beatriz Nascimento, penso que uma análise crítica sobre o Reformatório Krenak pode ser uma das formas de recuperar memórias históricas desse momento e do povo krenak, as quais a ditadura tentou destruir e apagar. E apesar disso, o povo krenak resistiu: lutando para não serem presos, lutando durante as violências no Reformatório e lutando após ele. Compreendo então que a minha pesquisa pode ser uma das formas de se fazer uma retomada histórica desse período e também de apoio ao movimento de recuperação da memória histórica do povo krenak ao explicitar as potências de suas narrativas, essas que superaram o tempo do colonialismo, capitalismo e ditatorial, e resistem.

2. INTRODUÇÃO

A pesquisa parte de uma série de reflexões e incômodos contraditórios referente às histórias dos Brasis, mais especificamente com o episódio da Ditadura Militar. As contradições são diversas: apesar de fazer um tempo, não faz tanto tempo assim, apenas 38 anos; apesar de ainda ter vestígios (materiais e subjetivos), muitas histórias desse tempo foram silenciadas e destruídas. O que se sabe dessa época? E o que se sabe do que se sabe?

A partir desses movimentos, esse estudo se propõe a focalizar o episódio do Reformatório Krenak e analisá-lo de forma crítica: como, onde ocorreu, quem projetou e a partir de qual lógica? Quais as populações afetadas e quais os atravessamentos sobre elas?

Para tal análise, a pesquisa teve por base a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, a qual propõe uma ruptura da dicotomia indivíduo-sociedade, considerando assim o sujeito em uma relação dialética com a sociedade e com a história, de forma que um afeta e constitui o outro, construindo uma realidade material e contraditória. Para uma análise mais crítica foram considerados aqui os processos de exploração-dominação-opressão que afetam os sujeitos, especialmente no contexto de colonização. Nesse sentido, buscou-se desnaturalizar o sujeito considerando-o sempre social, histórico e ativo.

Entre as categorias estudadas pela abordagem Sócio-Histórica, a historicidade é fundamental, pois a partir dela se entende o sujeito como um ser inserido em um contexto social e histórico. “Não considerar a historicidade implica naturalizar processos e fenômenos sociais e humanos, o que impede a compreensão de sua inserção e referência em um tempo histórico, em uma totalidade contraditória” (Kahhale, Rosa e Sanchez, 2020, p. 60). Tais pontuações sugerem que considerar a historicidade do Reformatório Krenak é primordial para poder entender a proposta política que lhe deu sustento e como ressoou sobre os povos indígenas, especialmente os Krenak.

Assim, para analisar e compreender mais profundamente este episódio foi necessário conceituar o que se entende por memória social e sobre a ideia de resistência a partir da Psicologia Sócio-Histórica.

2.1. A MEMÓRIA SOCIAL

Maurice Halbwachs em “A Memória Coletiva” (1997), traz contribuições para o campo da Memória Social em Psicologia Social ao apresentar a relação dialética entre memória individual e memória coletiva. De acordo com o autor, a memória individual se apoia na coletiva, se fortalece e se enfraquece a partir desta, e uma constitui e sustenta a outra.

A psicóloga Ecléa Bosi também contribuiu para a discussão no Brasil, uma vez que, ao romper com a dicotomia sujeito-sociedade, pensou a história de forma revisitada, a partir da memória social de sujeitos que participaram e participam de sua construção. A autora defendia que “a memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa” (Bosi, 2003, p. 53). Bosi soma ao trazer essa intercepção de classe na temática. Ao embasar seus estudos em múltiplos pensadores e teorias, incluindo Halbwachs, Bosi defendia, também, que o movimento pelo qual se constrói a história remete a múltiplos caminhos.

No estudo sobre memória social há a memória histórica, constituída pelas (a) memórias coletivas, construídas a partir da interação dos membros de um grupo e das representações do passado que remetem a um grupo (Halbwachs, 1997); (b) memórias pessoais, construídas pelas pessoas sobre seu próprio passado e também pode envolver as lembranças compartilhadas com um grupo; (c) memórias comuns, construídas devido ao contexto sócio-histórico-cultural, de modo que os sujeitos sabem dos fatos e guardam as mesmas lembranças sobre eles tal como discutido por Jedlowski (2001) e Sá (2005). Além dessas, há ainda a memória geracional, passada de geração para geração (Mannheim, 1952/1982).

Há que levar em conta, também, a ideia do documento como “lugares de memória”, proposta por Nora (1997), que emergem quando as pessoas investem uma “vontade de memória” que vai além de materiais escritos e acadêmicos, podendo incluir obras de arte, filmes, monumentos, todos e eles carregados de valores e lembranças de cunho compartilhado.

Outra referência relevante para a discussão em pauta é a contribuição de Elizabeth Jelin com a obra “Os trabalhos da memória”, publicada em 2002. A socióloga argentina, aborda, nesta obra, “As lutas políticas pela memória”, tópico no

qual ela traz uma perspectiva sobre os países sulamericanos que sofreram com ditaduras, como o Brasil. Como nesses contextos as narrativas oficiais, as memórias, eram seletivas, a partir do olhar da classe dominante, a autora defende que:

Durante os períodos ditatoriais deste século - (...) as ditaduras militares no Brasil, Chile, Argentina ou Uruguai (...) - o espaço público está monopolizado por um relato político dominante, onde “bons” e “maus” estão claramente identificados. A censura é explícita, as memórias alternativas são subterrâneas, proibidas e clandestinas (...). (p. 41)¹.

Esse trecho conversa com a fala de Beatriz Nascimento sobre a história do Brasil ter sido escrita por mãos brancas. Quando pensamos especificamente no contexto da Ditadura Militar, que será o foco desta pesquisa, a história acaba sendo escrita e controlada por mãos brancas de militares, e olhar para a parte “clandestina” da história parece ser uma subversão.

Os pontos apresentados podem, então, ser vistos a partir de duas perspectivas: a memória social como forma de perpetuar violências, como o racismo e seus desdobramentos, mas também como forma de resistência a esse cenário. Por um lado, muitos comportamentos e teorias colonizadoras, eugenistas, higienistas, manicomiais e racistas, perpetuadas pelos brancos por meio de documentos (livros, monumentos de bandeirantes, por exemplo), fatos históricos, como o “descobrimento” do país, períodos de escravização no Brasil, a Ditadura Militar no Brasil e, até mesmo, por atitudes ensinadas, como as de que a população indígena é ultrapassada e fraca, sugerem que a Ditadura foi um momento bom para o país.

Por outro lado, há a possibilidade de buscar, por meio das memórias sociais, atos de resistência, como quando Ailton Krenak pintou seu rosto com jenipapo na Assembleia Constituinte em 1987 como um gesto de protesto; ou quando indígenas lutam e se manifestam contra o Marco Temporal; quando, também, se manifestam sobre as diversas formas de se relacionar com a natureza e com o mundo numa perspectiva anticapitalista. Quando os povos indígenas compartilham narrativas sobre violências sofridas, estas também são memórias em forma de resistência, como será apresentado posteriormente nesta pesquisa. Esses são alguns de muitos exemplos que poderiam ser mencionados como formas da população indígena lutar, manifestar e reagir sobre as séries de opressões e discriminações sofridas.

¹ Tradução livre da pesquisadora.

2.2. RESISTÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A ideia de resistência nesta pesquisa foi construída a partir da Psicologia Sócio-Histórica, abordada na Iniciação Científica de título “O processo de alienação-desalienação na clínica em Psicologia Sócio-Histórica”², desenvolvida entre 2021 e 2022, e que servirá de referência aqui. Falar sobre o processo de resistência caberia em uma outra pesquisa, considerando a complexidade e preciosidade do tema, então aqui serão apresentados alguns pontos de destaque a partir da experiência na Iniciação Científica, que dão direcionamento para a análise realizada.

Considerando o método pelo qual a Sócio-Histórica se orienta, o materialismo-histórico-dialético, para se apreender e compreender o fenômeno humano, ou seja, a atividade humana, é preciso considerar que os processos subjetivos e materiais estão sempre em movimento, em uma relação dialética. Assim, pensar em resistência é também pensar o que a afeta; é pensar no embate entre opressão e, nesse caso, a alienação.

Realizando uma revisão bibliográfica de algumas autoras e autores que discutiram sobre a temática da alienação, encontramos em Marx e Engels (1932/2010) a discussão sobre o trabalho estranhado; em Leontiev (1978) a cisão entre o significado da ação do operário e o sentido que essa ação tem para ele próprio, e em Lane (1994) a reificação da consciência. Sintetizando as ideias, a pesquisadora disserta que:

(...) alienação constitui-se, assim, como um processo psicossocial de sofrimento humano, no qual o sujeito é impedido de usufruir da produção humana, além de construir sentidos distorcidos da realidade material, na medida em que, a realidade está mediada por ideologias dominantes. Este processo de alienação não ocorre de maneira isolada ou mesmo sem base na materialidade social, ou seja, representa um fenômeno em que o sujeito é impedido de apropriar-se de sua ação no mundo, ao mesmo tempo, impedido de apropriar-se da própria cultura e de si mesmo (Kitadai e Brambilla, 2022, p. 36-37)

Percebe-se que a ideia de alienação pode ser relacionada com a discussão sobre “opressão”, no sentido de que em ambos os processos o sujeito é oprimido de alguma forma, impedido de exercer sua autonomia, mesmo que subjetivamente.

² Iniciação científica construída pela pesquisadora entre 2021 e 2022, em São Paulo, pela PUC-SP, tendo a Prof.^a Dr.^a Beatriz Borges Brambilla como orientadora. Autorizada pela PIBIC.

Emerge, assim, a contradição dos fenômenos: enquanto os movimentos de opressão-dominância-exploração existem, os de resistência também surgem e se fortalecem. Os autores e autora que embasaram esse olhar foram: Marx (1843/2010) e a discussão da emancipação política e emancipação humana; Fanon (1952/2008) e a desalienação como um processo pessoal, social, dialógico e relacional, a ideia de "entrar na dialética do Eu e do Outro"; Grada Kilomba (2019) e o desfazer o colonialismo, e Martín-Baró (1971/2015) e o processo criativo dialético. Assim:

A desalienação é compreendida neste trabalho como um processo que envolve séries de movimentos complexos do sujeito de construção crítica em relação ao seu contexto pessoal, mas também social. Criticidade essa que sugere maior compreensão das relações de dominação, opressão e exploração, de sofrimento, e que possibilita movimentos do sujeito rumo a um processo de emancipação. (Kitadai e Brambilla, 2022, p. 37)

Então o movimento de resistência pode ser entendido a partir de várias perspectivas e no caso dessa pesquisa ele é compreendido como formas de desalienação e descolonização. Adiciona-se ainda a ideia de contra-colonização defendida por Nego Bispo (2023). Tais expressões refletem a postura crítica e as análises que essa pesquisa propõe, de que não se trata simplesmente de atos de opressão e de resistência, mas também de uma historicidade que inclui um projeto político imposto sobre os povos indígenas desde a invasão e dominação dos portugueses até hoje. Dialeticamente, trata-se de séries de movimentos e processos de desalienação, descolonização e contra-colonização desses povos para resistirem e sobreviverem, de forma a se apropriarem de suas histórias, de reivindicarem seus lugares nela e assim revolucionar.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Esse estudo visa abordar a memória social como forma de compreender a tensão entre disciplina e resistência a partir da análise do Reformatório Krenak como estudo de caso.

3.2. Objetivos específicos

1. Considerando o Reformatório Krenak como um episódio da Ditadura Militar, busca-se compreender a responsabilidade dos militares e do Estado sobre tal;
2. Analisar, compreender e ressaltar, a partir das narrativas do povo Krenak, formas de resistência deles durante o período de opressões.

4. PROCEDIMENTOS

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa, orientada pela perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, a qual tem o materialismo-histórico-dialético como método. Assim, para se apreender os fenômenos é preciso que sempre se considere que os sujeitos estão em relação, em séries de movimentos, afetados por e afetando um contexto histórico.

Um dos procedimentos que parece dialogar com esse método é a análise documental, ao ser constituída por várias formas de memórias, histórias e fenômenos.

4.1. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Estudar sobre memória e resistência envolveu, nesta pesquisa, retomar a história (logo, considerar a historicidade dos sujeitos e dos contextos) por meio de documentos que, segundo Spink *et al* (2014), entendem o “(...) “documento” no sentido elástico de registro, de algo que tem uma presença física, que fala sobre algo e também é algo.” (p. 207, 2014). Esse pensamento demonstra a multiplicidade de formas que os documentos podem ter, logo, as várias formas de expressão de memória.

Sá (2012) soma à essa reflexão, apoiado em Halbwachs (1977) e Nora (1997), ao apresentar que a noção de documento não pode ser reduzida a documentos que se encerram em museus e bibliotecas, nem a apenas textos escritos. Sugere:

(...) uma segunda ampliação da noção histórica de documento, no sentido de englobar não apenas os traços e registros materiais deixados pelo passado, mas também tudo o que se tem crescentemente produzido e divulgado sobre

ele, como livros didáticos de história, filmes cinematográficos, matérias nos meios de comunicação de massa etc. (Sá, 2012, p. 49)

Tais noções sobre documento orientam a análise documental que se propõe nesta pesquisa, sendo então uma análise de várias formas de documentos e, portanto, várias formas de se acessar a memória.

A análise documental nesta perspectiva tem a potência de olhar a história de forma mais profunda e crítica, propiciando uma maior compreensão da complexidade dos fenômenos. Outra potência também é que “ao solicitar informações e torná-las públicas, o/a pesquisador/a agora se torna parte do processo de produção de novos documentos.” (Spink et al, 2014, p. 225).

Essa ideia de “produção de novos documentos” ressoa de forma revolucionária, no sentido de que, a partir de documentos e registros de um passado violento como do Reformatório Krenak, pode-se responsabilizar e denunciar os opressores e pode-se retomar e reforçar narrativas dos povos que resistem e, assim, construir novos caminhos, novos documentos e novas ideias para adiar o fim do mundo, como Krenak (2020) tão revolucionariamente defende.

4.2. FONTES

Pensando-se na multiplicidade das formas de documentos, as seguintes fontes foram acessadas:

- O texto 5 com título “Violações de direitos humanos dos povos indígenas” do Relatório Final da Comissão da Verdade (CNV), elaborado em 2014, o qual expõe as violências às quais as populações indígenas foram submetidas durante a Ditadura, mencionando inclusive o Reformatório Krenak;
- A videorreportagem “Reformatório Krenak” de Rogério Corrêa, do Itaú Cultural junto ao Ministério Público Federal - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais. Elaborado em 2016, apresenta narrativas de pessoas que viveram o Reformatório Krenak (diretamente ou não), imagens de notícias, mapa do Reformatório e imagens das ruínas;
- O artigo “Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak”, o qual traz uma análise do parecer

técnico psicológico realizado sobre os efeitos psicossociais da violência contra a população Krenak no Reformatório Krenak, elaborado pelo psicólogo Bruno Simões Gonçalves em 2017. Também apresenta narrativas de pessoas que vivenciaram o Reformatório e as análises dessas narrativas, as quais explicitam os impactos das violências políticas sofridas sobre a dimensão individual, coletiva e cultural desta população.

Tais documentos expressam o que foi esse episódio da Ditadura Militar, demonstrando as séries de opressões pelas quais os militares e tantas outras pessoas foram responsáveis e que impactaram violentamente tantos povos indígenas e, nesse caso, especificamente o povo Krenak. As narrativas apresentadas nessas fontes são fundamentais ao partirem do próprio povo que resgata memórias e que servem como denúncia dos fatos ocorridos.

5. ANÁLISE

A análise documental, como apresentado anteriormente, é um método que propicia uma reflexão e compreensão mais aprofundada sobre o episódio do Reformatório Krenak e suas expressões. Historiar e considerar a historicidade dessa tragédia, a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, é importante para que se analise o fenômeno e seus desdobramentos, não apenas como uma ideia sobre o evento, mas para que se perceba a complexidade deste episódio histórico.

Na primeira parte da análise, tendo por base o documento da Comissão da Verdade e do Parecer Psicossocial, abordaremos a temática da “disciplina”: a ideia que o Estado brasileiro tinha de que, a partir do trabalho forçado, de torturas, prisões, conseguiriam controlar, moldar, corrigir e silenciar os povos indígenas.

Na segunda parte, a partir das narrativas de indígenas Krenak que constam do documentário, do documento da CNV e do Parecer Psicossocial, ou seja, a partir da recuperação das memórias históricas e do compartilhamento delas, abordaremos a temática da “resistência”.

Assim, considerando o método do materialismo-histórico-dialético, buscou-se destacar um movimento importante desse processo de análise que aponta a tensão, logo, a dialética, existente entre disciplina e resistência.

5.1. DISCIPLINA

A Comissão Nacional da Verdade (2011) tem um papel muito importante de expor as diversas violências ocorridas na época da Ditadura Militar, permitindo que as pessoas do Brasil e do mundo tenham maior compreensão dos fatos, responsabilizando quem deve de fato ser responsabilizado e propiciando movimentos de reflexões e debates, de forma a evitar que violências como as ocorridas continuem se repetindo. Possibilitando também, mesmo que não propositalmente, movimentos de luta e resistência contra as pessoas que seguem em uma posição de isenção e privilégio enquanto existências foram violentadas e vidas foram exterminadas.

O texto 5 elaborado pela Comissão, intitulado “Violações de direitos humanos dos povos indígenas” (Brasil, 2011), como o próprio título indica, expõe as investigações realizadas e explicita as diversas violências ocorridas sobre os povos indígenas. Segue um trecho do texto, o qual descreve algumas dessas várias violências, evidenciando o Estado brasileiro como responsável:

A violência contra índios tutelados era praticada de forma brutal e pública nos postos e delegacias dos municípios, com o objetivo de humilhar o preso e também de atingir os demais indígenas da localidade, intimidando tanto os que presenciavam os fatos, como os que ouviam falar das agressões. Inúmeros relatos apontam que essa violência do Estado está longe de ser difusa e casual, pois, com sua aplicação sistemática, molda-se uma cultura de repressão para subjugar os índios atingidos e silenciar a luta por seus direitos frente à política desenvolvimentista do Estado brasileiro à época. (Brasil, 2011, p.239)

Essa parte do texto não aborda especificamente o caso do Reformatório Krenak, mas faz uma introdução sobre como os povos indígenas de diversos territórios eram submetidos a violências, sempre a partir de um discurso de intimidação, repressão e silenciamento, demonstrando que o Estado via os povos indígenas como pessoas passivas a serem controladas e punidas.

É importante contextualizar esse olhar dominador para compreender que não foi um fato isolado da Ditadura Militar e, ainda, que se trata de uma perspectiva que é embasada e respaldada em um histórico de opressões, desde a invasão dos portugueses e as violentas “ações missionárias” às quais os brancos cristãos submetiam os povos indígenas. Kopenawa (2021) relata em seu livro diversas histórias pessoais e coletivas, trazendo também reflexões e críticas aos brancos. O

trecho seguinte é um dos quais explicita a postura manipuladora que os portugueses tinham sobre os indígenas:

No começo, [os brancos] seduzidos pela beleza da floresta, mostraram-se amigos de seus habitantes. Em seguida, começaram a construir casas. Foram abrindo roças cada vez maiores, para cultivar seu alimento, e plantaram capim por toda parte, para o seu gado. Suas palavras começaram a mudar. Puseram-se a amarrar e a açoitar as gentes da floresta que não seguiam suas palavras. Fizeram-nas morrer de fome e cansaço, forçando-as a trabalhar para eles. Expulsaram-nas de suas casas para se apoderar de suas terras. Envenenaram sua comida, contaminaram-nas com suas epidemias. Mataram-nas com suas espingardas e esfolaram seus cadáveres com facões, como caça, para levar as peles para seus grandes homens. (Kopenawa, 2011, p. 252)

Nota-se que os brancos, a partir de ideais racistas, acreditavam que tinham direitos superiores aos dos indígenas e a seus territórios, como se estes fossem passivos e submissos, devendo agir e existir para eles. E quando não se comportavam como o esperado, eram torturados, afastados de suas terras, assassinados. Quijano (2014) traz uma contextualização para essas reflexões ao apresentar que a classe dominante europeia colonizadora criou, difundiu e reproduziu a ideia de raça, e estabeleceu que cada uma é submetida a um papel na estrutura global. Nessa lógica, os brancos europeus eram considerados mais evoluídos e modernizados, enquanto os não-brancos eram vistos como inferiores, ultrapassados e suscetíveis ao controle. Ele escreve:

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (Quijano, 2014, p.119)

Percebe-se que os militares carregavam esses ideais racistas e os reproduziram na época da Ditadura, por meio das torturas, trabalhos forçados e assassinatos.

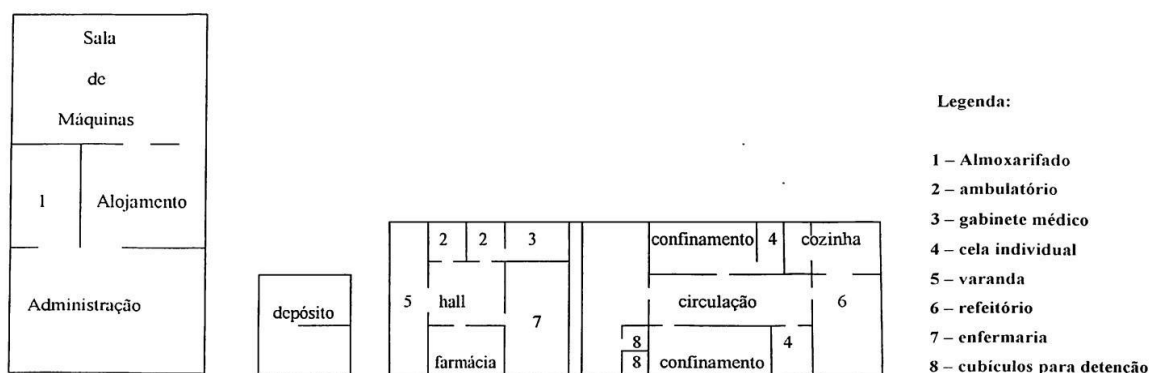
No item “Prisões, torturas, maus-tratos e desaparecimentos forçados”, a Comissão introduz o episódio do Reformatório Krenak:

O Estado brasileiro criou, no final dos anos 1960, uma cadeia oficial em território Krenak, exclusiva para a detenção de indígenas, sobre a qual colhemos denúncias de casos de morte por tortura no tronco, trabalho forçado

e desaparecimento de prisioneiros. É recomendável a continuidade da investigação – tanto sobre as cadeias para índios, como sobre a Guarda Rural Indígena –, que não se esgota com esse trabalho. (Brasil, 2011, pp. 239-240)

O Reformatório foi uma prisão construída em 1969, funcionando até 1972, na terra indígena Krenak, na região do vale do Rio Doce na cidade de Resplendor, em Minas Gerais. A figura 1 mostra a planta do Reformatório dando uma ideia da estrutura do local. As ruínas dele podem ser encontradas até hoje (figura 2). Depois de 1972 ainda houve um deslocamento forçado dos povos indígenas para Carmésia, também em Minas Gerais, para a “Fazenda Guarani”. O objetivo do Reformatório foi servir como uma prisão para indígenas de todo o Brasil que eram considerados “desajustados”, em conflito com a lei.

Figura 1: Planta do Reformatório Krenak



Fonte: CORREA (2000)

Figura 2: Ruínas do Reformatório



Fonte: Cena do documentário “Reformatório Krenak” (2016)

O documento da Comissão Nacional da Verdade segue o tópico dando destaque ao Reformatório Krenak, inclusive dedicando a ele um subtópico: “O Reformatório Krenak e o sistema punitivo na FUNAI”. Nele a CNV cita algumas pessoas e setores responsáveis pela criação do Reformatório, como a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Polícia Militar de Minas Gerais, e expõe as diversas violências ocorridas lá. Em um trecho do texto a Comissão apresenta a transcrição de uma parte de uma denúncia contida em um documento enviado ao Tribunal Russell II, em 1974: “Crenaque “é um campo de concentração” para onde são enviados os índios revoltados com o sistema explorador e opressivo da Funai”³.

Vale refletir que essas revoltas eram reações contra a invasão de seus territórios, contra a destruição de culturas, contra a separação de familiares, além de ser uma reação de defesa contra as séries de torturas e outras violências. Assim, esse trecho do texto apoia a discussão que a presente pesquisa se propõe a fazer sobre como os povos indígenas, entre eles o povo Krenak, lutaram e resistiram contra um sistema opressivo na época da Ditadura e acabaram sendo punidos por isso, sob o argumento de que estavam desobedecendo a lei e que precisavam ser corrigidos.

Outro documento que atesta as violências a que foram submetidos os povos indígenas é o artigo “Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak” (Gonçalves, 2017). Nele o pesquisador apresenta uma análise sobre os efeitos psicossociais das violências políticas sofridas pelo povo Krenak no episódio do Reformatório, tais como transtornos psíquicos, prejuízos na estrutura socioafetiva das famílias, dores físicas, além dos impactos na língua, território e religiosidade. É compartilhado como muitas dessas violências foram a partir da perspectiva de ordem e disciplina, sobre um dos casos, escreve:

O segundo caso – construído a partir de depoimentos – é o de João, liderança Krenak que se opunha fortemente às forças militares-policiais responsáveis pela extrema diminuição populacional dos Krenak ao longo de todo o século passado. Esse enfrentamento ocasionou intensa violência militar-policial contra João durante os anos do Reformatório. (...) Vivendo na Fazenda Guarani, em Carmésia, João passa a apresentar severo delírio paranóico de perseguição. Assim sendo, é evidente o grave impacto psicossocial da violência política na saúde mental de João, deflagrado na forma de um transtorno psíquico que comprometeu gravemente sua vida. (Gonçalves, 2017, p. 190)

³ Ver: A política de genocídio contra os índios do Brasil, pp. 27-28, 1974. <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=17747>>

É possível perceber como a violência militar e a tentativa de enfrentamento a ela foi a realidade de muitos do povo Krenak na época, afetando tanto indígenas que se encontravam na estrutura física do Reformatório quanto os que viviam próximos ao território, que também sofriam com a lógica punitivista imposta por ele, e como tal violência teve diversas camadas de sofrimento para o sujeito. Essa lógica também não poupou as crianças, como demonstra outro trecho:

Um fato emblemático muito importante em relação à violência militar-policial sofrida é a história do menino que foi amarrado ao cavalo para ser arrastado. Segundo variados relatos, após descumprir uma das regras estabelecidas sobre os horários escolares, amarraram uma criança a um cavalo que foi estimulado a sair correndo. (Gonçalves, 2017, p. 192)

As ações dos militares, orientadas por um viés normalizante, foram violentas não só de forma física, por meio de agressões e torturas, mas ao supor e impor sobre os povos indígenas quais o que consideravam ser as formas adequadas de ser uma pessoa indígena, quais as formas coerentes de ser criança, quais as formas corretas para a existência não-branca. Como se precisassem ensinar ao povo Krenak; como se precisassem adestrá-los.

Antônio Bispo dos Santos (2023), conhecido como Nego Bispo, faz uma reflexão relevante ao comparar o processo de adestração com a colonização. O autor compartilha:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. (Santos, 2023, p.11-12)

É interessante perceber que esse trecho sintetiza a discussão desse tópico, possibilitando mais uma caracterização sobre os militares da época: punitivistas, violentos e agora, adestradores. O artigo do Parecer Psicossocial (Gonçalves, 2017) também mostra que os policiais de fato invadiram terras indígenas, tiraram os povos de seus territórios e os afastaram de seus sagrados, romperam estruturas familiares como colonizadores.

Retomando as discussões apresentadas anteriormente sobre o processo de alienação e refletindo sobre os pontos apresentados aqui, nota-se como essa postura colonizadora dos militares reforça o processo de alienação ao qual os povos indígenas foram submetidos, pois ao serem afastados de suas terras, de seus parentes e de sua

cultura, o povo Krenak foi sendo também afastado de suas raízes, de suas histórias e subjetividades.

Assim, retomar a memória histórica sobre o Reformatório Krenak é imprescindível para que se conheçam os fatos de modo a identificar os responsáveis e expôr e reforçar o olhar colonizador que tinham (e ainda têm) sobre os povos indígenas. Como se tivessem o direito de violentar esses povos, se apoiando na lógica opressora de “ordem” e “disciplina”. Para que assim fosse possível reivindicar uma história mais desalienada e recontar as histórias que tentaram apagar.

5.2. RESISTÊNCIA

Considerando o movimento da dialética, percebe-se que mesmo em um contexto no qual o povo Krenak foi profundamente oprimido, ele conseguiu reagir e lutar, seja pelas vidas que sobreviveram ou pelas histórias que foram transmitidas por gerações. Retomando algumas ideias de Ecléa Bosi, a autora reforça esta reflexão ao sugerir que as narrativas das experiências dos sujeitos, podem ser atravessadas pelas ideologias dominantes, mas que também são formas de resistência, ao superarem o tempo do capitalismo, apresentar singularidades das vivências e ao dar sentidos a elas.

A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro. É bom lembrar com Merleau-Ponty que o tempo da lembrança não é o passado, mas o futuro do passado. A nostalgia revela sua outra face: a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida. (Bosi, 2003, pp. 66-67)

Quando o povo Krenak compartilha suas histórias e vivências por meio de narrativas, memórias estão sendo retomadas e difundidas, para outras pessoas, para outros territórios, para outros tempos. É coerente pontuar aqui que a ideia de compartilhamento é trazida em uma perspectiva contra-colonizadora afetuosa, que condiz com toda a discussão feita aqui:

Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: “Cuidado, não é troca, é compartilhamento”. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém,

recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende. (Santos, 2023, p. 36)

Nesse sentido, o documentário “Reformatório Krenak” é um dos documentos que faz render as memórias do povo Krenak como forma de resistência, ao apresentar narrativas do povo e ao se tornar um veículo para compartilhar com o Brasil e o mundo (especialmente considerando que é um documentário nacional com legendas em outras línguas) falas que a história colonizadora tentou apagar.

Logo no começo da videorreportagem, Douglas Krenak fala sobre a lógica colonizadora da Ditadura sobre os povos indígenas, e especificamente o povo Krenak:

Nosso povo teve que presenciar a invasão da corte portuguesa através de dom João VI. Portugal era uma grande potência da época, um povo que tinha conhecimento de exterminar vários outros povos indígenas em outros lugares do planeta. (...) Anos mais tarde, o nosso povo ainda enfrentou essa chamada ditadura militar. A Ditadura Militar pegou o mesmo esquema militar de dom João VI e coloca pra poder reprimir o nosso povo.

O relato de José Alfredo de Oliveira, conhecido como Cacique Nêgo, é um exemplo dessa repressão mencionada por Douglas: *“Atravessei do outro lado sem ordem deles né. Aí cheguei lá e fui jogar sinuca. Aí quando eu voltei, me botaram na cadeia e deixaram 17 dias preso”*.

A narrativa de Manoel Vieira das Graças, o Manelão Pankaruru, soma ao também apresenta algumas vivências pessoais dos trabalhos forçados no Reformatório: *“Nóis juntava o entulho, carregava pauzão pesadão nas costas e a polícia ao redor. Aquele cara que não queria trabalhar aí ele metia o chicote no índio (...)”*.

As três falas dialogam entre si ao resgatarem o que já foi discutido sobre a lógica do Reformatório Krenak ser a mesma da colonização dos portugueses, mas as denúncias se tornam ainda mais concretas quando as pessoas diretamente afetadas compartilham suas vivências. Essas são algumas de tantas falas de violências trazidas no decorrer do documentário, no artigo do parecer psicossocial e no documento da Comissão, o que expressa não só a veracidade do ocorrido, mas também demonstra o quão profundamente violento foi o que o Estado buscou/tem buscado abafar. Esse ato de falarem por si sobre seu próprio povo e história invés de focar na perspectiva dos militares dominadores é uma expressão da contracolônização, como Nego Bispo defende: *“Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que*

estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. ” (2023, p. 13). Assim, é um ato de insubmissão que o povo Krenak exponha tais falas, fatos e análises referente ao episódio da ditadura militar e esta pesquisa se propõe a fortalecer tais narrativas como apoio à essa desobediência.

Outro símbolo de insurgência do povo foi em relação à língua, pois nesse período também era imposto que os Krenak falassem apenas o português invés de usarem a língua Krenak. Gonçalves explicita isso em seu artigo: “Estratégias como proibição do uso cotidiano da língua-mãe, aulas forçadas da língua nacional, castigos de diversas ordens para forçar o abandono da língua-mãe e repressão de práticas da cultura tradicional nas quais a língua é um elemento importante evidenciam esse objetivo de integração.” (2017, p.193). Apesar disso, os Krenak resistiram e seguiram a repassar a língua para as gerações seguintes, mesmo nesse contexto. Djanira de Souza Crenaque narra no documentário:

Sei inté hoje falar a língua, sei inté hoje. E eu passo pros jovens, pras crianças. Então, as crianças estão ali, aquele que aprendeu, vai ensinar pro povo dele né, pros filhos deles, pros netos deles... Pra não perder, porque a gente nunca que pode perder a cultura da gente né.

Esse compartilhamento de Djanira expressa a força da língua, da cultura e da cosmologia Krenak, que persiste para além do tempo da Ditadura. Outra reflexão surge a partir das cenas de Djanira e outros Krenak em uma expressão viva, envolvendo cantos, movimentos e sonoridades, lembrando a imagem de um ritual, o que remete à uma fala de Bosi sobre a oralidade como memória:

Insisto nos termos narrativa e oralidade. Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na própria voz o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. Eu diria que a expressão oral da memória de vida tem mais a ver com a música do que com o discurso escrito. (2003, p. 45)

Percebe-se como a narrativa de Djanira é potente ao carregar várias memórias, pessoais e coletivas, e ao carregar nela várias temporalidades: o passado, rememorando à um tempo no qual ela e tantos outros aprenderam a língua; o presente, época na qual ela fala e reforça ainda saber essa língua como forma de resistência, e o futuro, ao falar sobre a língua ser repassada para outras gerações, “desobedecendo” às ordens da Ditadura e da colonização. Ela ainda conclui a

narrativa se recusando a deixar a cultura Krenak morrer, expondo mais uma vez o ato de resistência.

Outra fala que carrega a insubordinação dos Krenak é a de Oredes Krenak sobre seu pai e a importância do território:

O pessoal da ditadura na época optou pela retirada do nosso povo daqui na marra né, aí o meu pai dizia: “Eu não posso sair não que isso aqui é a minha terra, foi aqui que eu criei os meus filhos, aqui que tá o meu rio, aqui que tá a minha fonte de renda, o meu sustento da minha família que é o rio Doce, sabe”.

Douglas Krenak critica: “A gente nunca teve um olhar do Estado em relação ao que ele nos causou durante o período da Ditadura Militar. E a gente tá numa luta constante para demarcar nosso território sagrado”.

Como já foi abordado no decorrer do estudo, a temática da terra e do território é essencial para os povos indígenas, para além do sentido de moradia, mas como uma dimensão subjetiva e sagrada. Nesse sentido, é brutal perceber as séries de violências territoriais que os Krenak sofrem desde a invasão dos portugueses passando pela retirada forçada do povo Krenak de suas terras durante a Ditadura e, vale adicionar, até o crime contra o Rio Doce decorrente da ruptura das barragens da Vale, BHP e Samarco em Mariana, 2015. Quando Ailton Krenak (2020) critica uma humanidade que não reconhece o rio, a montanha e outras figuras naturais como seres, pode-se interpretar que os militares eram integrantes dessa (não)humanidade. Apesar disso, as falas de Oredes e de Douglas demonstram insubordinação e resistência ao lutar pela terra e pela cultura apesar do Estado insistir em destruir esse movimento.

Um adendo relevante para a discussão se refere à constituição do nome Krenak:

(...) Um é a primeira partícula, *kre*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra. (Krenak, 2020, p. 48)

Embora tenham sido violentados por um sistema que não reconhece a natureza como um ser vivo e que não os percebe como sujeitos, eles carregam um nome forte, uma memória em forma de nome, que permaneceu com eles e com as próximas gerações, e assim persistiram e persistem lutando pela terra como ente.

Analisando os documentos, é importante ressaltar também que muitas das narrativas apresentadas mencionam nomes de parentes que sofreram violências na época da Ditadura e no episódio do Reformatório Krenak, mantendo acesas as vidas que o militarismo propôs apagar. Essa atitude remete ao ato de “denominar”, como diz Nego Bispo (2023), e a ideia de se “desfazer do colonialismo” como apresentado por Grada Kilomba (2019). Ou seja, o ato de reivindicarem a história e trazerem à memória pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente esse episódio faz parte de um processo de reconhecimento, (re)apropriação e pertencimento. Kilomba disserta:

Todo o processo alcança um estado de descolonização; isto é, internamente, não se existe mais como a/o “Outra/o”, mas como o eu. Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade. Assim, regresso ao início deste livro: tornamo-nos sujeito. (Kilomba, 2019, p. 238)

Quando um indígena Krenak menciona os nomes de outros Krenak, estes são fortalecidos enquanto sujeitos, como seres vivos e ativos que fizeram parte de uma história de opressão e resistência.

Todos os elementos trazidos nesta análise sobre resistência retratam a retomada da memória histórica do povo Krenak que é expressa pela narrativa, a qual se evidencia nas falas de denúncia sobre as vivências de violência, de luta pela língua e pelo território, na citação de nomes de integrantes importantes nesta luta. Há também o fato desses sujeitos se disponibilizarem a recuperar tais memórias e de compartilhá-las com o mundo por meio dos documentos aqui analisados.

Martín-Baró discorre sobre a potência da recuperação da memória histórica para os povos latinoamericanos e ainda propõe essa como uma das tarefas fundamentais da atuação da psicologia latinoamericana crítica. Escreve:

Recuperar a memória histórica significará [descobrir seletivamente, através da memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltaram a ser úteis novamente para os objetivos de luta e conscientização] (Fals Borda, 1985, 139). Se trata de recuperar não só o sentido da própria identidade, não apenas o orgulho de pertencer a um povo, mas também poder contar com sua tradição e cultura, mas, sobretudo, de resgatar aqueles aspectos que serviram ontem e que servirão hoje para a libertação. Por isso, a recuperação de uma memória histórica vai assumir a reconstrução de um dos modelos de identificação que, em vez de acorrentar e alienar os povos, vai abrir a eles um horizonte para sua libertação e realização. (Martín-Baró, 1998, p. 301)⁴

⁴ Tradução livre da pesquisadora.

A partir das análises realizadas é possível compreender como o narrar do povo Krenak, o compartilhamento, a recuperação da memória histórica são todas formas de lutarem contra o silenciamento que o Reformatório tentou impor, contra o olhar unilateral a partir dos brancos sobre esse episódio. É uma forma de resistência, de desalienação, de contra-colonização. São formas de construir paraquedas para adiar o fim do mundo, como Ailton Krenak (2020) nos ensina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as histórias do Brasil (ou melhor, Brasis) enquanto país colonizador é perceber o tempo todo movimentos dialéticos: episódios que expressam a tríade opressão-dominação-exploração, e episódios que demonstram séries de movimentos de luta, insurgência e resistência. A época da Ditadura Militar foi um período que explicita isso. Na escola, no cursinho vestibular e muitas vezes na faculdade é falado sobre esse terror da história do país, mas muitas vezes a partir da perspectiva da população branca, cis, burguesa. É necessário também trazer a perspectiva de outros grupos e expor as violências contra esses segmentos da população que sofrem com os resquícios (nem tão resquícios assim) antidemocráticos até hoje. E a população não-branca, LGBTQIAPN+, população periférica e tantas outras? Qual é a história que lemos e reproduzimos?

A presente pesquisa se propôs a focar nos povos indígenas, especificamente no povo Krenak, como reação ao incômodo de não ter tido conhecimento antes sobre o Reformatório Krenak e saber que muitas pessoas ainda não o tem. Estudando sobre a temática e fazendo uma análise documental foi percebida a necessidade e importância de mais pesquisas e compartilhamentos sobre a discussão aqui trazida.

Ter uma atuação e postura crítica como futura psicóloga é olhar para esses episódios nos quais uma classe dominante opressora tentou silenciar, destruir e controlar; pensar sobre os impactos nas subjetividades e existências, e fazer algo com isso. No caso desta pesquisa, apesar de ainda ser um pequeno passo, a proposta foi analisar o caso do Reformatório Krenak, analisar seu caráter disciplinante e contribuir como uma forma de denúncia para que o Estado seja responsabilizado e que assim evite que os direitos humanos do povo Krenak, e outros povos, continuem a ser violados.

O estudo, assim como a psicologia que aqui é defendida, se propôs também a refletir sobre as histórias dos Krenak, analisar os processos de resistência e assim apoiar tais movimentos, como um eco de suas narrativas, como mais um nó entre suas séries de entrelaços, como rios de planície que confluem, como nos convoca Nego Bispo (2023).

“Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende.

A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.

Essa é a medida.”

(Nego Bispo, 2023)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, E. (2003). O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. São Paulo, SP: Ateliê Editorial.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. (2014). Violação de direitos humanos dos povos indígenas. Relatório (Vol. 2, Textos temáticos, pp. 203-262). Recuperado de <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>

CORREA, J. G. S. A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Krenak. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/MN/PPGAS. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, B. S. (2017). Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. Psicologia: Ciência e Profissão, 37(n. spe), 186-196. <https://doi.org/10.1590/1982-3703140002017>

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Paris: Albin Michel, 1997.

JEDLOWSKI, P. Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, London, v.10, n. 1, p. 29–44, 2001.

JELIN, E. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 2002.

KAHHALE, Edna M. Peters. ROSA, Elisa Zaneratto e SANCHEZ, Sandra G. (2020). Sobre o método. In; BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M e ROSA, E. Z. (orgs.). *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em Psicologia*. São Paulo, Cortez.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KITADAI, A. T.; BRAMBILLA, B. B. O processo de alienação-desalienação na clínica em Psicologia Sócio-Histórica; Relatório Iniciação científica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2022.

KOPENAWA, D., ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.*

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 (2ª ed.)

LANE, S. T. M. (1994). Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In W. Codo & S. T. M. Lane (Orgs.), *Psicologia Social - O homem em movimento* (pp. 40-47). São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEONTIEV, A.N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In FORACCHI, M.M (Org.). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 67–95.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Del pensamiento alienado al pensamiento creativo. *Teoría y Crítica de la Psicología*, Michoacán, 6, p. 457 - 486, 2015. (Artículo publicado originalmente en *Revista La Universidad* en 1971.)

_____. O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)* [online]. 1997, v. 2, n. 1, pp. 7-27.

_____. *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 1998. p. 301.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. - [4. reimpr.]. - São Paulo : Boitempo, 2010. il. - (Coleção Marx-Engels)

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In NORA, P (Org.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997, p. 23–43.

O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Gabriel Priolli Neto. São Paulo: Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, 1977.

QUIJANO, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

REFORMATÓRIO KRENAK. Rogério Corrêa. Minas Gerais: Itaú Cultural e Ministério Público Federal - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais, 2016.

SÁ, C. P.; OLIVEIRA, D.C.; PRADO, L.A. As memórias coletivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. In SÁ, C.P. ; CASTRO, P (Orgs.). Memórias do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27–44

_____. Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In JACÓVILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 46-57. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023

SOUSA, S. M. G., MOREIRA, M. I. C. Psicologia Sócio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022.

SPINK, P, RIBEIRO M. A. T, CONEJO S. P, DE SOUZA E. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK; BROGAGÃO; NASCIMENTO; CORDEIRO (Org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014 (p. 207-228).